

ACM aposta na crise para aumentar poder

Rita Tavares e Cida Fontes

BRASÍLIA —

Entre centenas de projetos de restauração e pavimentação de estradas estaduais previstos pelo orçamento da União, a Secretaria de Desenvolvimento Regional liberou recursos apenas para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, ao longo dos primeiros sete meses deste ano. Mas a Bahia foi quem mais lucrou: só para a rodovia BA-099, a chamada Linha Verde, foram autorizadas Cr\$ 42 bilhões — muito mais do que para qualquer outro projeto, já que a maioria não chegou a Cr\$ 5 bilhões. Exemplos como este se repetem na distribuição do orçamento de Cr\$ 2,7 trilhões do secretário de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá.

Homem de ACM, o secretário é só um exemplo do poderio que o governador da Bahia tem. É quase um governo paralelo na administração do presidente Fernando Collor. Assim como Calmon de Sá representa e defende interesses do Nordeste — região onde ACM concentra sua influência política —, o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, e o novo ministro da Educação, Eraldo Tinoco, fazem o mesmo. E o tamanho do orçamento de cada um demonstra que eles têm trunfos para qualquer luta política: se o orçamento fosse



cumprido, Fiúza teria Cr\$ 7,8 trilhões e Eraldo, Cr\$ 12,4 trilhões.

Hoje, da equipe ministerial, Calmon de Sá é um dos mais queridos pelo presidente e pelos políticos. Essa ligação entre os dois não é nova. Na reforma ministerial, o líder do PFL na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, faturou a indicação do baiano Calmon, mas o presidente tinha razões de sobra para nomeá-lo. Além de colaborar na campanha presidencial, o secretário foi o único banqueiro — na condição de presidente do Banco Econômico — que não ficou contra o confisco dos cruzados. Calmon de Sá era ligado à família Collor por amizade antiga que tem com a irmã do presidente, Ana Luisa.

Cofre — A cota de ACM na última reforma ministerial incluiu a escolha do deputado Ricardo Fiúza para o Ministério da Ação Social. Apesar de pernambucano e ligado ao governador Joaquim Francisco, o ministro segue a cartilha do baiano ACM. Foi quem primeiro defendeu a abertura dos cofres do Tesouro Nacional para favorecer os parlamentares governistas indecisos na futura votação do pedido de *impeachment* do presidente Collor. E entrou em guerra com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, pela liberação de Cr\$ 5 trilhões que estão sendo disputados também pelo ministro da Saúde, Adib Jatene.

O sinal definitivo do prestígio de ACM veio com a nomeação de Eral-

do Tinoco. Dessa vez, ele não precisou brigar pelo cargo. Antes de ligar para o governador, Collor já estava decidido: "Agora, é hora de fortalecer o ACM". No telefonema, Collor disse que o novo ministro da Educação seria Eraldo. A comemoração foi na casa do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, quando o PFL pôs de lado dúvidas e assumiu a defesa do presidente das acusações disparadas da CPI do caso PC.

Embalado pela vaidade, ACM anunciou ao deputado e ex-ministro Delfim Netto (PDS-SP), a quem recebeu em Salvador na terça-feira passada, o que lhe parecia incontestável: "O governo é nosso". Na tarde do dia seguinte, ordenou a Luís Eduardo que detonasse uma ofensiva contra Marcílio na Câmara. Depois de ganhar o noticiário com críticas de seu filho à equipe econômica, ACM desembarcou em Brasília, para colher o triunfo da posse de Eraldo e dar a

ACM, na euforia da escolha de Tinoco: "O governo é nosso"



cartada final. Mas subestimou a resistência que Marcílio ganharia com as manifestações de apoio recebidas do presidente Collor.

Recuo — Nem mesmo entre sua base no Congresso, ACM teve apoio incondicional. Enquanto insistia no ataque ao ministro dentro do Palácio do Planalto, Calmon de Sá e deputados do PFL repetiam que, apesar dos erros, o melhor é continuar com Marcílio. Foi uma demonstração de que ACM não é o dono do PFL, embora pense sê-lo.

O resultado foi uma mudança de discurso, em menos de 24 horas. Num recuo tático, o governador e seu filho passaram de críticos a colaboradores, dizendo que não têm candidato ao posto de Marcílio. Mas ACM sabe que, no mínimo, as críticas impedirão que, na campanha municipal, adversários atirem contra o PFL a pecha de conivência com uma inflação mensal de mais de 20%.